Bolsas — Na sexta-feira: 0,19% São Paulo; 0,03% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 107.114 (9/5) a 108.464 (12/5)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 4,923 (- 0,27%)

Últimos	
8/maio	5,011
9/maio	4,987
10/maio	4,950
11/maio	4,937

Salário mínimo — R$ 1.320

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 5,343

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,65%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61

ENFERMAGEM

Prefeitos querem mais recursos para o piso

Lula sanciona lei que repassa R$ 7,3 bilhões para pagamento da remuneração mínima da categoria, mas Confederação Nacional dos Municípios (CMN) alega que valor não cobre nem um terço da nova despesa. Solução ainda depende do STF

Ed Alves/CB

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei 14.581/23, que regulamenta o repasse de R$ 7,3 bilhões em recursos federais para o pagamento do novo piso de enfermagem. A regra foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*, ontem, Dia Internacional da Enfermagem. Contudo, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reforçou que o valor é insuficiente e não paga 1/3 das despesas com o novo salário dos profissionais. Por isso, orientou os prefeitos a aguardarem a manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), que avalia uma ação judicial sobre o tema.

"Infelizmente, a medida atual é uma ilusão. O valor sancionado não paga o piso dos profissionais de saúde que atuam nos municípios. Além disso, trata-se de recurso somente para 2023, não permanente, para uma despesa continuada; não há regulamentação sobre a forma de distribuição e transferência; e é destinado apenas aos profissionais da atenção especializada, ficando de fora os profissionais da atenção básica, como aqueles que atendem o Estratégia Saúde da Família", alertou o presidente da CMN, Paulo Ziulkoski, em nota divulgada no site da entidade.



Manifestação de enfermeiros e técnicos na Esplanda, em setembro do ano passado: aplicação do piso continua suspensa por liminar do STF

De acordo com legislação aprovada pelo Congresso no ano passado, o piso nacional deve ser de R$ 4,750 para enfermeiros; R$ 3.325 para técnicos de enfermagem; e de R$ 2.375 para auxiliares e parteiras.

Pelas estimativas da CNM, o impacto do piso "apenas nos municípios" será de R$ 10,5 bilhões neste ano. No entanto, segundo Paulo Ziulkoski a lei sancionada por Lula destinou R$ 3,3 bilhões às prefeituras, que absorvem o maior impacto financeiro com a instituição do piso. A maior parte, os R$ 4 bilhões restantes, é destinada aos estados.

"Destaca-se que os municípios possuem em seu quadro mais de 589 mil postos de trabalho da enfermagem e, com a vigência da medida, correm o risco de reduzir 11.849 equipes de atenção básica, desligar mais de 32,5 mil profissionais da enfermagem e, consequentemente, desassistir quase 35 milhões de brasileiros", acrescentou Ziulkoski.

O presidente da CMN reclamou que os entes municipais não estão sendo ouvidos quando novas obrigações são criadas, o que compromete o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos prefeitos. "É importante destacar, ainda, que o pagamento do piso continua suspenso pelo STF, que apontou para os riscos à solvabilidade das finanças de estados e municípios, cenário este mantido após a sanção da medida. A CNM vai solicitar novamente que a Corte mantenha a suspensão da efetividade legal do piso até que haja fontes definitivas e sustentáveis de financiamento", acrescentou ele, em referência à liminar do STF, de setembro último, que suspendeu o pagamento dos novos valores.

A entidade pediu a mobilização dos prefeitos e gestores municipais junto a deputados e senadores "para garantir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/2022, que adiciona ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 1,5% (das receitas do IPI e do Imposto de Renda), medida permanente e que aporta recursos financeiros que poderão ser aplicados para o cumprimento do piso".

CONJUNTURA

Puxada por alta de remédios, inflação de abril é de 0,61%

» RENATA GONÇALVES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, desacelerou de março para abril, quando registrou alta de 0,61%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos 12 meses, o indicador acumulou elevação de 4,18%, ficando abaixo do teto da meta do governo, de 4,75%. No ano, a inflação acumulada é de 2,72%.

No entanto, especialistas alertam que ainda não dá para comemorar. Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta, com destaque para o de saúde e cuidados pessoais, que teve o maior impacto sobre o índice, com variação de 1,49%. "O resultado nesse grupo foi influenciado pelo reajuste de até 5,60% dos produtos farmacêuticos, a partir de 31 de março", explicou o analista da pesquisa, André Almeida. Ele destaco também o impacto dos planos de saúde, que subiram 1,20%.

Outra forte contribuição para o resultado de abril veio do grupo de alimentação e bebidas, cuja alta passou de 0,05% em março para 0,71% em abril. A principal colaboração foi da alimentação no domicílio, que havia apresentado deflação no mês anterior e aumentou 0,73% em abril — com destaque para os preços de tomate, leite longa vida e queijo. Entre os alimentos em queda, chamaram a atenção cebola e óleo de soja. Já a alimentação fora do domicílio teve variação de 0,66%.

O coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), André Braz, destacou que a surpresa negativa do indicador ocorreu, principalmente, no grupo de alimentação. "Nós esperávamos um recuo maior da inflação dos alimentos em 2023, mas ela continua resiliente, sobretudo em alguns itens da cesta básica, como tomate, laticínios e feijão", ponderou.

Braz lembrou ainda que o índice de difusão, que mede o número de produtos e serviços com variação positiva, passou de 60% para 66%. "Isso mostra que a inflação está viva, disseminada e persistente", avaliou.

Juros

Apesar da desaceleração, o IPCA ficou acima das expectativas do mercado. A projeção da corretora de investimentos Warren Rena era de que o indicador tivesse alta de 0,58%, ficando em 4,15% no acumulado em 12 meses. "O resultado não é suficiente para mudar a narrativa do Banco Central. A inflação subjacente continua em níveis altos e a velocidade da desinflação segue moderada", destacou Andréa Angelo, estrategista da Warren Rena, em referência a uma possível redução da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano.

Analistas acreditam que a trajetória de desinflação não deve durar muito tempo. A expectativa é de que o IPCA volte a subir no segundo semestre. Um dos motivos é que a deflação registrada em junho, julho e agosto do ano passado, quando o governo cortou impostos sobre combustíveis, sairá gradativamente da conta na hora de calcular a inflação acumulada em 12 meses.

No entanto, algumas medidas podem atenuar a alta, como destacou o economista-chefe do Banco Original Marcus Caruso. "Surgiu a notícia de que a Petrobras estuda reduzir o preço dos combustíveis na próxima semana. O impacto para a nossa projeção seria de 20 pontos, distribuídos entre maio e junho", ponderou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Presidente da Petrobras diz que nova política beneficiará consumidor

Preço da gasolina pode cair

» HENRIQUE LESSA

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a companhia deve anunciar, na próxima semana, uma nova estratégia comercial, que pode resultar em queda nos preços de combustíveis. "Paridade internacional não existe. O que existe é paridade de importação. Não vamos perder venda, teremos preço atrativo para clientes", defendeu.

"Há chance de reajuste na semana que vem, de fazer uma avaliação em alguns combustíveis. Mas não vou dar spoiler", disse Prates, durante entrevista coletiva sobre os resultados financeiros da companhia no primeiro trimestre do ano.

Ele afirmou ainda que "a Petrobras vai seguir o critério de estabilidade de preços frente à volatilidade internacional". E reforçou que haverá atratividade para o cliente.

"Não vamos abdicar das vantagens da empresa, como ter refino e produção no Brasil. Não precisamos ter uma maratona de 118 reajustes de combustíveis como em 2017. Vamos continuar seguindo a competitividade interna em cada mercado de que participamos e a referência internacional" apontou.

Os preços serão ajustados em equilíbrio entre o mercado internacional e a competitividade no país, destacou Prates, para quem a medida é fundamental para a competitividade da companhia.

"Seguimos comprometidos com a prática de preços em equilíbrio com o mercado. Nos últimos 100 dias, o diesel caiu 23% nas refinarias, a gasolina recuou 4% e o gás natural, 19%", ressaltou.

» Light pede recuperação

Quinta maior distribuidora de energia do país, a Light entrou ontem na Justiça do Rio com pedido de recuperação judicial. A empresa , que abastece 37 municípios na região metropolitana da capital fluminense, atendendo 11 milhões de pessoas, tem uma dívida de R$ 11 bilhões. Um dos motivos das dificuldades financeiras da companhia são as ligações clandestinas (gatos), em regiões carentes da periferia, que impactam a receita. As ações da empresa desabaram 17% na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).